

A História da Moeda – Uma proposta de união entre Teoria Econômica e Etnografia

The history of money – a union proposal between Economic Theory and Ethnography

La Historia de la Moneda – Una propuesta de unión entre Teoría Económica y Etnografía

Marcel Pereira Bernardo*

Rodrigo Braian Nori**

Luan Vinicius Bernardelli***

Palavras-chave:

Economia,
Etnografia,
História da Moeda.

Resumo: A maior parte da literatura econômica aponta que o dinheiro surgiu como fruto da divisão do trabalho e com o propósito de superar o problema da dupla coincidência de desejos. Entretanto, a etnografia apresenta outras considerações, demonstrando que não há evidências de nenhuma sociedade, até então conhecida, que tenha realizado amplamente o escambo para depois criar o dinheiro. Nesse contexto, o presente artigo pretende explorar o choque entre os diferentes campos de conhecimento referentes ao estudo da origem da moeda, apontando elementos que possam ser convergentes, aliando teoria econômica e registros históricos.

Keywords:

Economy,
Ethnography,
History of Money.

Abstract: Most of the economic literature asserts that money arose because of the division of labor and with the purpose of overcoming the problem of double coincidence of wants. However, ethnography presents other considerations, demonstrating that there is no evidence of any society hitherto known which first bartered and then created money. The present article intends to explore the clash between two different fields of knowledge regarding the origins of money, pointing out converging elements proved by theoretical and historical evidence.

Palabras clave:

Economía,
Etnografía,
Historia de la Moneda.

Resumen: La mayor parte de la literatura económica apunta que el dinero surgió como fruto de la división del trabajo y con el propósito de superar el problema de la doble coincidencia de deseos. Sin embargo, la etnografía presenta otras consideraciones, demostrando que no hay evidencias de ninguna sociedad, hasta entonces conocida, que haya realizado ampliamente el trueque para después crear el dinero. En este contexto, el presente artículo pretende explorar el choque entre los diferentes campos de conocimiento referentes al estudio del origen de la moneda, apuntando elementos que puedan ser convergentes, aliando teoría económica y pruebas históricas.

DOI: <https://doi.org/10.30800/mises.2019.v7.1113>

*Bacharel em Ciências Econômicas pela UNINOVE - Universidade Nove de Julho, São Paulo, SP. (2018). E-mail: marcelleal05@gmail.com

**Acadêmico em Ciências Econômicas pela UENP - Universidade Estadual do Norte do Paraná. E-mail: rodirogbraianori@hotmail.com

***Doutorando em Economia pela Universidade Estadual de Maringá. Foi Visiting Scholar na Southern Cross University – Austrália (2019). E-mail: luanviniciusbernardelli@gmail.com

Introdução

Os livros-texto de economia relatam o surgimento da moeda como uma saída sofisticada ao problema da dupla coincidência de desejos, costumeiramente ocasionado entre relações de escambo, tal como em Mishkin (2000), Lopes e Rossetti (2005), Vasconcelos e Garcia (2014), F. Carvalho et al. e Mankiw (2015). Com o aumento populacional e a diversificação da divisão do trabalho, era preciso estabelecer um meio de troca para que as várias transações pudessem ocorrer. O dinheiro surgiria como mercadoria: sal, gado, bacalhau, tecidos, metais como ouro e prata, em suma, bens amplamente aceitos (FRANCO; CHACON, 1980; LOPES; ROSSETTI, 2005). Com sua implementação, as trocas, antes diretas, passaram a ser substituídas pelas trocas indiretas (SMITH, 1996).

Todavia, pesquisas etnográficas e históricas parecem apontar para outra direção: as relações sociais na Antiguidade não apontam para intensas atividades de escambo e, como consequência disso, o dinheiro teria se manifestado, primeiramente, em sua forma creditícia. Em outras palavras, o crédito poderia ter precedido a moeda-mercadoria (GRAEBER, 2016). Conforme Karl Polanyi (2000, p. 63): “(...) as sugestões de Adam Smith sobre a psicologia econômica do homem primitivo eram tão falsas como as de Rousseau sobre a psicologia política do selvagem”. Por psicologia econômica, entende-se a propensão natural do homem à permuta e à barganha com propósitos individualistas. Para Polanyi, as antigas civilizações baseavam suas atividades econômicas em princípios não econômicos, ou seja, partindo da reciprocidade e redistribuição em vez do lucro e acúmulo. Portanto, o dinheiro não teria surgido através do escambo, uma vez que, não havendo essa propensão à permuta, não haveria também volume intenso necessário para uma sociedade se basear no escambo.

David Graeber (2016) e Antonio Luiz Costa (2018), por sua vez, retratam a origem da moeda mais como uma espécie de crédito do que uma mercadoria amplamente aceita. Ou, conforme o próprio Graeber diz, “mais como unidade de conta do que como algo que passara de mão em mão” (GRAEBER, 2016, p. 275). Possivelmente, o crédito, por se basear estritamente na confiança, estaria vinculado aos princípios mencionados por Polanyi. Por outro lado, a etnografia aponta para a existência de legislação condenando devedores e validando a cobrança de juros já na Antiguidade, evidência que vai de encontro ao funcionamento da economia em sociedades antigas relatado por Polanyi. O entendimento sobre a origem da moeda requer analisar primeiramente o contexto social e como as atividades econômicas se manifestavam para depois verificar como a teoria econômica pode ou não se aplicar.

Desse modo, o presente artigo visa avaliar o cenário das Antigas Civilizações, tendo como principal referência a Mesopotâmia. É preciso advertir, porém, que não pertence ao escopo do presente estudo averiguar as idiosincrasias de cada período histórico mesopotâmico, mas avaliar de maneira global suas características. Contrabalanceando a abordagem mais geral, o artigo traz importantes referências documentais, conferindo maior concretude histórica ao estudo e, dessa forma, evitando cair em abstrações corriqueiras das investigações mais generalistas.

Para atender a estes objetivos, o presente estudo está dividido em cinco seções. A primeira seção é esta introdução; a segunda apresenta a metodologia do presente estudo; a terceira traz alguns conceitos sobre o cenário geral na Mesopotâmia Antiga; a quarta seção apresenta as três

funções clássicas da moeda a fim de estabelecer a ponte entre teoria econômica e etnografia. Por fim, serão apresentadas as principais conclusões.

1. Procedimento metodológico

Esta pesquisa consiste em uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo. De acordo com Pizzani et al. (2012), entende-se por pesquisa bibliográfica a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Denomina-se esse levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica. A revisão de literatura possibilita inúmeros resultados, como o aumento de aprendizado sobre determinada área de conhecimento e a oferta de subsídio teórico para outros trabalhos que busquem discutir o tema em questão (PIZZANI et al., 2012).

2. Teoria monetária e a etnografia

2.1 O cenário econômico no mundo antigo (3100 a.C a 1150 a.C)

Em sua obra, Polanyi (2000) retrata o surgimento da economia de mercado através do surgimento das máquinas. Tal economia, com o advento da Revolução Industrial, passou a instituir o mercado como principal força organizadora da sociedade, determinando as relações sociais, criando, assim, a sociedade de mercado. Ou seja, é a sociedade que se encontra imersa na lógica de mercado e não o oposto. Porém, conforme Polanyi, nem sempre foi assim. Para A. Carvalho (2015, p. 18): “Polanyi não nega a existência de mercados antes da sociedade do século XIX. Contudo, tais mercados tinham um papel apenas incidental na vida econômica¹.”

O princípio da reciprocidade diz respeito aos indivíduos ou famílias que trocam bens entre si, porém o fazem não com intuito de cobrarem algo em troca, ou esperarem alguma soma ou quantia. Essa relação, portanto, difere das relações comerciais pois nessa segunda há finalidade definida, o lucro; na primeira, não. Já a redistribuição consiste na apropriação de um chefe ou líder de tudo aquilo que é produzido para posterior devolução equitativa. Em outras palavras, há o controle não sobre a produção, mas sobre como essa produção alcançará os diversos membros da sociedade.

Nesse sentido, diz Polanyi (2000, p. 73): “O selvagem individualista, que procura alimentos ou caça para si mesmo ou para sua família, nunca existiu”. O mesmo enfatiza a existência de templos na Babilônia onde se armazenavam diversos itens como “tecidos, obras de arte, objetos ornamentais, cosméticos, prataria, guarda-roupa real; havia armazéns enormes para cereais, arsenais e adegas de vinho”, cuja administração era centralizada.

Essa estrutura centralizada e regida por interesses não econômicos na forma de se produzir e distribuir os bens, para Polanyi, era evidência de uma economia sem mercados. É preciso salientar que mercado, na concepção polanyiana, difere de trocas voluntárias. Na verdade, mercado, em sua visão, significa centros destinados para negociações; lugares específicos onde

¹ Apesar de Carvalho explicar que, para Polanyi, havia mercados antes do século XIX, não havia mercado na Babilônia.

² Ver Polanyi (2000, p. 71).

compradores e vendedores possam se encontrar. Outra característica de mercado tratada por Polanyi é como uma estrutura formadora de preços. “Um mercado é um local de encontro para a finalidade da permuta ou da compra e venda. A menos que este padrão esteja presente, pelo menos em parte, a propensão à permuta não terá escopo suficiente: ela não poderá produzir preços (POLANYI, 2000, p. 76)”. Os preços seriam determinados pela autoridade central e expresso em documento, estatuto e não pela relação entre oferta e demanda. Portanto, se não há local específico nem formação de preços via oferta e demanda, não há sistema de mercado.

A ausência de flutuações de preços é o elemento pelo qual se pode inferir o tipo de organização econômica que existia na Antiga Mesopotâmia. Explica A. Carvalho (2015, p. 27): “A diferença fundamental entre o comércio administrado e o comércio de mercado reside na ausência de riscos para os comerciantes, tanto no relativo às expectativas dos preços quanto à possível insolvência do devedor”.

Entretanto, apesar da existência de tais templos na Mesopotâmia, indicando o caráter redistributivo da economia, há evidências de locais destinados à troca e documentos atestando a oscilação de preços, contrariando as teorias de Polanyi de uma economia sem mercado. A primeira contestação diz respeito à alegação de que as atividades econômicas possuíam papel secundário nas sociedades da Antiguidade. Woods (2010) explica que a Mesopotâmia é uma das civilizações mais bem documentadas e que majoritariamente os registros descrevem atividades econômicas. Niall Ferguson (2017) corrobora a visão de Woods contando que mais que poesia ou filosofia, os registros se destinavam aos negócios.³

A segunda contestação é a ausência de locais voltados às trocas. A. Carvalho (2015) cita trabalhos de antropólogos como Gledhill e Larsen, focando em novas evidências sobre a existência de casas privadas e lojas denominadas *karum*. É verdade que havia templos ou palácios que concentravam a administração e armazenamento de alguns bens, incluindo a prata, utilizados como moeda. Porém, também é verdade que os mercadores tinham a liberdade de praticarem preços, correndo os riscos de perdas, mas também tendo potencialidade para lucros. A. Carvalho (2015) destaca a crítica de Morris Silver a Polanyi como a mais categórica. É dado exemplo de alguns bens cujos preços eram regidos pela lei da oferta e demanda como estanho, têxteis, tinta, grãos, entre outros.

“Os milhares de documentos comerciais provenientes do posto referem-se a trocas com demandas ou ofertas das principais mercadorias importadas (...), os efeitos de sazonalidade e emergência, e mudanças em registro de preços (A. CARVALHO, 2015, p. 30). Portanto, havia cenário propício para o acúmulo de riquezas, elemento que fomentava a atividade econômica baseada em ambiente de mercado, como no caso de muitas famílias, incluindo os *Egibi*, que detinham grande poder econômico, cobrindo comercialmente uma área de cerca de 160 quilômetros (FERGUSON, 2017). Reforça Costa (2018, p. 99) que há referências de selos e pesos mesopotâmicos encontrados em Susa, atual Irã, atingindo o Golfo Pérsico, cerca de 930 km de distância, apontando para interações comerciais entre essas regiões. Isso significa que,

³ Ver Woods (2010, p. 44). “More than any other writing system known, Sumerian writing, in its original conception particularly, held economy as its topmost priority”. Já Ferguson aponta que as principais atividades registradas se voltavam “não para escrever história, poesia ou filosofia, mas para fazer negócios.” (FERGUSON, 2017, p. 31)

apesar dos templos, a existência dos *karum* permitia uma certa descentralização da atividade econômica, desencadeando na propagação de áreas comerciais. A prosperidade e expansão das atividades privadas colocam em xeque a afirmação de Polanyi de que a presença ou ausência de mercados e dinheiro não exercia influência nas sociedades primitivas⁴.

Também há provas de flutuação de preços, sugerindo sua ligação conforme a oferta e demanda. Eis o terceiro ponto de controvérsia com as indicações de Polanyi. A forte presença de negócios privados fornecia a independência dos templos ou palácios reais, conferindo liberdade para as trocas. Conforme demonstra Graeber (2016, p. 56): “Nas praças de mercado (...) nas cidades da Mesopotâmia, os preços também eram calculados em prata” enquanto Costa (2018, p. 95) afirma que “Os preços relativos variavam conforme as condições do comércio e das safras”.

Nota-se que se os preços eram calculados em prata, tratava-se, em essência, de dinheiro. A grande questão para Graeber não é a existência de moeda-mercadoria simultânea ao crédito, mas sim qual era a mais comumente utilizada. Voltando à formação de preços, Dias (1994, p. 122) explica as diferentes abordagens sobre a origem do valor de troca dividindo-as em 3: a teoria inglesa, representada por Smith, Ricardo e Mac-Culloch, a teoria francesa, de Condillac e Say e a teoria da raridade, esboçada por Burlamaqui e A. A Walras (pai de León Walras).

Quanto à teoria clássica de valor trabalho, os marginalistas responderam que o valor dos bens não corresponde à quantidade empregada de trabalho, mas sim no reconhecimento que determinado bem possa satisfazer algum desejo ou necessidade. Em outras palavras, não basta ter trabalho incorporado por parte do produtor, é preciso que o avaliador enxergue utilidade no bem para querer comprá-lo. Eis a crítica da escola francesa, uma das correntes a influenciar a Teoria da Utilidade Marginal, termo posteriormente incorporado por Wieser e presente na doutrina de Jevons, Walras e Menger (DIAS, 1994). No entanto, possuir utilidade não basta; se um bem é ilimitado, não será um bem econômico. É preciso haver certa raridade, que possua alguma escassez. Disso resulta a flutuação nos preços, como registrado por Morris: a variação da quantidade dos bens possui relação inversa aos preços, isto é, quanto maior a quantidade disponível de um bem, menor será seu preço e quanto menor a quantidade disponível, maior o preço.

Havia, então, na região da Mesopotâmia, conforme registros encontrados, propriedade privada dos meios de produção, negócios particulares, flutuação de preços, prejuízos e lucros⁵ (POZZER, 2001; 2016). Todos esses elementos coexistiam com templos centrais, forte legislação sobre a atividade econômica, vide o Código de Hammurabi⁶, e controle de alguns preços,

⁴“A presença ou a ausência de mercados ou de dinheiro não afeta necessariamente o sistema econômico de uma sociedade primitiva. Isto refuta o mito do século XIX de que o dinheiro foi uma invenção cujo aparecimento transformava inevitavelmente uma sociedade, com a criação de mercados, forçando o ritmo da divisão de trabalho, liberando a propensão natural do homem à permuta, à barganha e à troca.” (POLANYI, 2000. p. 78)

⁵Conforme relatado por Pozzer em seus artigos “Arquivos Familiares e Propriedade Privada na Mesopotâmia Antiga, de 2001 e “Vale 5 Siclos de Prata: A Escravidão nos Arquivos Privados Mesopotâmicos”, de 2016. Portanto, terra e trabalho, fatores de produção originários, eram geridos pela propriedade privada.

⁶É um código geral de leis criadas pelo rei Hamurabi, da primeira dinastia mesopotâmica, por volta do século XVIII a. C (COSTA, 2018).

como, por exemplo, as taxas de juros, o que acaba denunciando o nível de sofisticação da economia antiga.

As relações de reciprocidade e redistribuição podem conviver lado a lado com as relações de mercado sem necessariamente serem subordinadas ou dominantes. Portanto, é possível encontrar elementos não mercantis desempenhando um papel relevante no interior da economia capitalista, imersas nas relações sociais (A. CARVALHO, 2015, p. 49).

É necessário superar a falsa dicotomia entre reciprocidade e interesse, redistribuição e lucro, esfera pública e privada, controle estatal e interação de mercado, pois todas essas relações, quando não reduzidas à construções puramente teóricas ou ideológicas, em vez de se anularem, acabam dialogando e até se reforçando. Ao descortinar a real complexidade social que era apresentada na Mesopotâmia Antiga, nota-se grande sofisticação tanto das questões burocráticas quanto comerciais. Eis o cenário que se vislumbra ao se debruçar sobre o mundo antigo, especialmente, os povos mesopotâmicos. E é em tal cenário que a moeda se insere⁷.

2.2 O surgimento da moeda

Como demonstrado por Graeber (2016), existia dinheiro na Mesopotâmia, a prata. Diferentemente da lã ou grãos, que podem servir para proteção contra o frio e alimentação, os metais possuem uso mais voltado aos desejos que necessidades. Diz Mises (1953, p. 30): “O fenômeno do dinheiro pressupõe uma ordem econômica na qual a produção se baseia na divisão do trabalho e em que a propriedade privada consiste não apenas em bens de primeira ordem (...), mas também em bens de ordens superiores”. Essas são as pré-condições para a existência da moeda. Bens de primeira ordem significam bens prontos para consumo, enquanto bens de ordens superiores se referem aos bens cujos estágios produtivos são mais longínquos do consumo imediato, isto é, bens de produção.

Um sistema com grande intensidade de circulação de mercadorias e constantes relações de trocas requer, conseqüentemente, um meio de troca. Aqui reside a discordância entre antropólogos e economistas. Como destacado anteriormente, a teoria econômica vigente parte do escambo. O aumento da complexidade social, a divisão do trabalho e o acentuado acréscimo de mercadorias em circulação teriam formado as bases para a criação da moeda. No entanto, diz Humphrey (1985, apud GRAEBER, 2016, p. 43): “Nunca foi descrito nenhum exemplo puro e simples da economia de escambo; muito menos de que o dinheiro tenha surgido do escambo; toda a etnografia existente sugere que esse tipo de economia nunca existiu”. Obviamente, economistas como Smith, Jevons, Menger e tantos outros não dispunham dos conhecimentos que atualmente se têm no que diz respeito à História e Etnografia. Objetivando preencher essa lacuna, os teóricos trabalharam na elaboração de sugestões que parecessem plausíveis. Entretanto, se as teorias do escambo se consagraram no passado, mas novas descobertas

⁷ Carvalho chega a dizer: “Documentos pertinentes à relação entre o templo ou palácio e seus agentes de comércio, no início e no final do processo, certamente nos darão a impressão de um comércio administrado, enquanto que os documentos pertinentes aos segmentos intermediários, isto é, aqueles relacionados com as atividades dos mercadores no exterior, nos darão a impressão do comércio livre. As duas impressões estão ambas corretas e não se contradizem”. (CARVALHO, 2015, p. 44-45)

indicam outros caminhos, não justifica os economistas atuais permanecerem fechados ao que a ciência pode fornecer de inovador. É necessário, pois, uma revisão da teoria monetária que abarque novas considerações sobre a origem da moeda.

Em sua obra, Graeber (2016) chega a ironizar os economistas por recorrerem aos cenários imaginários de sociedades primitivas onde havia escambo. Para reforçar seu argumento, Graeber alega que o escambo é só observado muito ocasionalmente envolvendo tribos diferentes que pouco interagem ou que às vezes podem nunca mais se encontrar. Porém, reitera que não há relatos de escambo praticado entre membros de uma mesma tribo. Soma-se a isso o fato de que o escambo entre tribos diferentes não se insere, necessariamente, em atividades puramente econômicas, mas em rituais e cerimônias. Graeber (2016) cita tribos como os *gunwinggu*, na Austrália; os *pachtuns*, no Paquistão e os *nambiquaras* no Brasil, para evidenciar sua afirmação. As trocas entre membros de uma mesma aldeia ou povo tinham uma outra lógica; aqui se conecta o princípio da reciprocidade de Polanyi e as atividades econômicas. Para ele, diferentes membros produziam variados bens, mas não vendiam e compravam entre si. Aquilo que era produzido por um acabava sendo ofertado a outro, conforme sua particular necessidade, sem que houvesse segundas intenções ou interesses de lucro. E, numa espécie de troca de favores, o beneficiado se compromissava em retribuir em próxima oportunidade. Convencionou-se, em nome da reciprocidade, que um membro recompensasse o outro em ocasião futura. Dessa forma, o sentimento de dívida começou a ser imbuído nos indivíduos das sociedades antigas como espécie de conduta moral e, por se tratarem, inicialmente, de pequenas sociedades, havia a confiança de que essa dívida seria honrada. Desse modo, segundo Graeber, emerge o crédito, relação que descansa na confiança entre os participantes de uma dada negociação. Nesse ponto, a história da dívida se mistura com a história do dinheiro. Diz Graeber (2016, p. 33) “A diferença entre a dívida e a obrigação é que a dívida pode ser quantificada com precisão. E isso requer dinheiro”. Por essa perspectiva, o dinheiro surge não como instrumento de troca, mas como mecanismo para quantificar dívidas. Percebe-se que o princípio de reciprocidade e a existência de dívidas não são conflitantes uma vez que tal princípio acaba incutindo uma espécie de dever moral nos indivíduos, uma vez que naturalmente se espera auxílio da parte de quem outrora foi ajudado.

É preciso, todavia, atentar para o fato de que o antropólogo em questão executa um exercício mental para narrar como as trocas poderiam ter acontecido nas antigas civilizações, não se baseando em fatos históricos concretos. Uma vez que Graeber passa a apontar como ponto falho a abstração existente nas teorias econômicas, não se pode deixar de notar que ele também recorre a cenários imaginários⁸ para explicar sua teoria. Sim, há indícios desse sistema baseado em uma espécie de crédito na Antiguidade, o que não significa dizer que obrigatoriamente o dinheiro tenha surgido dessa forma. Em todo caso, pode-se sintetizar as relações de troca não entre dois bens presentes, mas sim entre um bem presente por um bem futuro. Não coincidentemente, havia cobrança de juros nas economias da Antiga Mesopotâmia, cujos primeiros relatos são datados da primeira dinastia de Lagash por volta de 2400 a.C. (COSTA, 2018). Conforme evidencia Mises (1953, p. 53): “Transações de crédito são na realidade

⁸ Ver Graeber (2016, p. 50-51). David Graeber esquematiza cenários hipotéticos para falar como as relações de troca aconteciam.

nada mais que a troca de bens presentes pelos bens futuros”. Todavia, Ferguson (2017) atenta para o fato de que o crédito, no sentido moderno, não estava sendo criado. Tratava-se de adiantamentos realizados pelos armazéns oficiais. Embora se reconheça que: “Sem a antecedência fundamental de emprestar e tomar emprestado, a história econômica do nosso mundo dificilmente teria decolado” (FERGUSON, 2017, p. 34). Em essência, a propensão do homem às trocas não foi desmentida, porém, é preciso salientar que há considerável diferença entre a teoria do escambo e a teoria do crédito.

O desenrolar de cada teoria conduz a caminhos distintos sobre o entendimento de qual seria a função primordial da moeda. Se a moeda surgiu do escambo, sua principal função é servir como meio de troca; se a moeda apareceu como espécie de crédito, destacam-se as funções unidade de conta e reserva de valor. Outro ponto dessa divergência é a moeda como fenômeno do mercado ou a moeda como instrumento instituído pelo estado. Tais divergências são, respectivamente, analisadas nas duas próximas seções.

3. A principal função da moeda na mesopotâmia

Apesar da concordância sobre as funções da moeda – meio de troca, unidade de conta e reserva de valor (MANKIW, 2015; ROSSETI, 2005; RESENDE, 2017; WICKSELL, 1986⁹ et al.) – o entendimento acerca da função principal está longe de ser trivial. Como destacado, o entendimento sobre a função mais importante direciona para teorias que são até antagônicas. O ponto de partida é verificar que, independente da função, para que um objeto possa se tornar um bem econômico, deve ser possuidor de valor. Mesmo havendo escolas de pensamento econômico divergindo sobre a natureza do valor, após a Revolução Marginalista, a teoria mais aceita sobre valor é a Utilidade Marginal (Valor Subjetivo). Afirma Mises (1953, p. 462): “Deve ser possível para toda teoria geral de valor também prover uma teoria do valor do dinheiro, e para toda teoria do valor do dinheiro estar inserida em uma teoria geral de valor”.

Para se compreender o exato momento em que uma mercadoria emerge como moeda em uma dada economia, deve-se verificar a teoria subjetiva de Menger¹⁰ sobre valor. Diz ele: “O valor é um juízo que as pessoas envolvidas em atividades econômicas fazem sobre a importância dos bens de que dispõem para a conservação de sua vida e bem-estar; portanto, só existe na consciência das pessoas em questão. (MENGER, 1988, p. 75). Uma vez definido o que é valor e como ele se manifesta, a tarefa seguinte é aplicar a teoria do valor à teoria monetária. Indica Menger (1892, p. 21): “A teoria da moeda necessariamente pressupõe uma teoria dos graus de liquidez dos bens”. Em outras palavras, cada mercadoria possui um grau de liquidez e entender essa diferenciação é a chave para compreender o porquê de algumas mercadorias sobressaírem como moeda, enquanto outras, apesar de certa liquidez, jamais chegam a ser adotadas como padrão monetário. Diga-se de passagem, Hicks (apud BOIANOVSKY, 1992, p. 83-84), um dos maiores discípulos de Keynes afirmou: “O que Menger tinha a dizer sobre liquidez é mais profundo que o que foi dito por qualquer outro antes de Keynes; na verdade,

⁹ Primeira edição lançada em 1911.

¹⁰ Dentre os precursores da Revolução Marginalista, Menger escreveu, em 1882, um tratado chamado *On the Origins of Money*. Por este motivo, foi dado um foco maior ao economista austríaco.

creio que é mais profundo que o que está em Keynes”. Conforme a explicação de Menger (1892), o valor não advém de outro lugar senão da mente humana, daí seu caráter subjetivo, uma vez que cada indivíduo singularmente projeta suas necessidades aos bens econômicos. Sendo os bens econômicos dotados de utilidade e valor, e pertencendo a moeda ao universo dos bens econômicos, seu valor não pode ser construído isoladamente e de forma desconexa do valor de outros bens econômicos.

Fica fácil perceber, por esse ângulo, que o sal, por exemplo, pelas suas próprias propriedades, ao conservar os alimentos, é um bem amplamente desejado, portanto costumeiramente aceito nas trocas. Ocorreu o mesmo com lã, tecidos, cevada, trigo, até chegarmos aos metais, materiais leves para transportar e de fácil divisibilidade. Ainda de acordo com Menger (1892), quando um indivíduo se dirigia ao local de comércio a fim de trocar o bem que dispunha, caso não conseguisse trocar diretamente pelo bem que desejava, este recorria ao meio indireto, trocando seu bem por algum outro que possuía maior liquidez. Claro que a consecução de seu objetivo não estava resolvida, contudo, ao proceder dessa maneira, atingia uma etapa necessária para tal. Conforme dito, diferentes bens possuem diferentes níveis de aceitação. Quando os agentes econômicos se dão conta disso, adotam o bem de maior grau de liquidez e as trocas indiretas se tornam mais comuns. Um homem que tinha tecido e queria trocar por peixe, não precisava esperar alguém disposto a trocar diretamente o peixe por tecido. Ao perceber que o trigo tinha maior grau de liquidez, esse homem poderia trocar seu tecido por trigo e, após isso, trocaria o trigo por peixe, configurando uma troca indireta. A percepção de diferentes graus de liquidez gera expectativas sobre o poder de compra que os agentes esperam obter ao se apossarem desses bens mais líquidos. Isso explica o porquê de uma mercadoria se tornar dinheiro e outras não.

Há, no entanto, algumas dificuldades que precisam ser transpostas. De acordo com a Lei de Gresham, a tendência observada é a moeda má expulsar a moeda boa. Portanto, os bens de maior valor tendem a ser entesourados enquanto os bens de menor valor são mais indicados para as pessoas abrirem mão de sua posse. Em um processo seletivo de mercadorias, apesar da mais líquida tender a ser adotada, há, em contrapartida, a tendência de baixa circulação. Aliar alta liquidez e baixa circulação parece, *a priori*, ser um problema insolúvel, ainda mais considerando a moeda como fenômeno do mercado e não como fenômeno jurídico cuja natureza deriva das ações do Estado, como sugere a Teoria Cartalista¹¹. Porém, ao observar o uso da prata na Antiga Mesopotâmia, apesar de ser adotada como moeda por possuir características como divisibilidade e durabilidade, curiosamente havia baixa circulação, sendo a preferência comercializar com cevada ou outros grãos. A prata costumeiramente ficava estocada nos templos, não por possuir baixo valor, mas justamente pelo contrário, seu valor era tanto que a sua preservação era elementar. Isso explica, conforme Costa (2018), a predominância de transações com base no crédito.

¹¹ A Teoria Cartalista (Teoria Estatal da Moeda) sugere que é preciso a ação do Estado para a criação da moeda. Aqui parte-se do princípio que é preciso instituir, primeiramente, via decreto, o padrão de referência monetário, isto é, a unidade de conta e zelar para que contratos de longo prazo sejam cumpridos, desdobrando, então, a função reserva de valor. Uma vez instituídas essas duas funções, a mercadoria em questão passa a ser amplamente aceita, sendo utilizada como meio de troca.

Observa-se a compatibilidade entre os graus de liquidez ou vendabilidade de Carl Menger para que fosse possível instaurar a prata como moeda e, ao mesmo tempo, verificar a aplicação da Lei de Gresham na Antiga Mesopotâmia. Aqueles que viviam do comércio, por naturalmente se depararem com muito mais frequência com as trocas, faziam uso da prata, embora também se demonstravam inclinados a aceitarem outras mercadorias ou até outras formas de pagamento, admitindo negociações que cujos pagamentos se dariam em ocasiões futuras.

Porém, ainda há uma outra dificuldade teórica: como evitar que a Utilidade Marginal aplicada ao dinheiro não incorra no problema da circularidade. Block e Davidson (2017 p. 87) explicam tal problema: “(...) se todos esses bens são valorados em termos de dinheiro, e o dinheiro é valorado em termos desses bens, tem-se aí, claramente um argumento circular”. Para superar tal dificuldade, Mises, embasando-se na doutrina geral do valor de Menger, reconstrói retroativamente o caminho dos bens mais comumente valorados – portanto amplamente aceitos e usados como dinheiro – verificando quais bens eram mais urgentes à maioria dos casos e como nasceu o valor desses bens. A esse método de análise, Mises denominou de Teorema de Regressão.

(...) o valor de troca subjetivo do dinheiro (para entesourar) no dia de hoje toma como ponto de partida os valores de troca objetivos de ontem. Esse é o ponto central do teorema. Menger fixou as bases para estabelecer as características técnicas do dinheiro, mas a contribuição de Menger não explicava como o dinheiro obtinha o seu valor (subjetivo). (BLOCK; DAVIDSON, 2017, p. 87)

O Teorema de Regressão de Mises interliga a teoria da utilidade marginal e a moeda ao considerar o fator tempo na construção do valor das mercadorias. Tendo como parâmetro o valor do bem no dia anterior, é possível estabelecer o valor atual e este, por sua vez, servirá de parâmetro para o valor futuro. Criam-se expectativas, conforme o histórico, que o valor de um bem seja mantido ou que possua baixa variação em períodos maiores, afinal, aqueles bens que são indispensáveis aos agentes hoje, o foram ontem e a tendência é que continuarão a sê-los amanhã. Em condições normais, isto é, sem grandes acidentes ou desastres, o que se espera é que agentes valorem os bens sem grandes alternâncias pois o valor está intimamente ligado às suas preferências ou necessidades. Por exemplo, o sal, desde tempos remotos, por servir na preservação dos alimentos, era visto como bem muito precioso. Atualmente, com o desenvolvimento tecnológico, é possível estocar alimentos sem precisar de sal, mas esse procedimento ainda é muito utilizado. Por essa razão, não há motivos para acreditar que o sal de repente deixaria de ser um item útil, uma vez que suas propriedades permanecem exatamente as mesmas. Igualmente a isso se aplica as demais mercadorias que posteriormente viriam a desempenhar seu papel como dinheiro, como os metais ouro e prata. Isso significa dizer que uma mercadoria comumente utilizada como meio de troca passa a ter um valor constante, servindo como unidade de conta e essa unidade, permanecendo com o passar do tempo, cria a reserva de valor. Ainda sobre a relação entre meio de troca e unidade de valor, Wicksell (1986, p. 166) afirma: “Não há dúvida de que uma mercadoria que serve de meio de troca também se utiliza como medida de valor em transações de bens e serviços que se realizam num período próximo ou simultâneo”. Interessante perceber o papel das expectativas racionais e adaptativas na formação do valor da moeda. Em outras palavras, as expectativas racionais indicam que informação disponível sobre o valor atual da moeda é um elemento

que constrói seu valor futuro. Soma-se às expectativas adaptativas, avaliando o passado para desenhar cenários futuros.

Por outro lado, é preciso considerar que os registros coletados para melhor assimilação do que de fato ocorria. A teoria econômica *per se* não é capaz de explicar tudo, sendo necessário levar em consideração aquilo que outras áreas do conhecimento podem oferecer. As tábuas de argila encontradas em Uruk registravam os indivíduos presentes na negociação, assim como a quantia a ser debitada ou creditada, além da época em que deveria ocorrer o pagamento (NISSEM et al., 1993 apud GONÇALVES, 2010). A existência de templos com funções de tributação, empréstimos e depósitos, os registros evidenciando o extremo controle sobre as atividades comerciais são alguns fatores que fortalecem o argumento da utilização da prata mais como padrão de referência contábil. Mesmo Wicksell (1986), descrevendo a possibilidade de a mercadoria empregada como meio de troca servir também como medida de valor, afirma que é preciso atentar que ele se refere a prazos curtos. A função que estabelece a manutenção do valor da moeda através do tempo, como já dito, é a reserva de valor. Em uma economia que se concentrava boa parte na agricultura, pensar em “período próximo ou simultâneo”, como diz Wicksell, é insuficiente para explicar relações de troca constando pagamentos que eram agendados para a época da colheita. Leva-se em questão as condições climáticas. Conforme indica Pozzer (2016, p. 135): “esta região era desprovida de chuvas, sendo necessário o emprego da irrigação para garantir a produção de alimentos. A agricultura artificialmente irrigada foi uma das inovações tecnológicas mais importantes do início do III milênio a.C.”. Peguemos a cevada, cereal muito utilizado na época. Levam-se cerca de 130 dias o ciclo de produção, isso em condições atuais. Se considerarmos o mesmo período, levava-se mais quatro meses para que débitos fossem saldados. Isso está longe de períodos praticamente simultâneos. A explicação sobre como a unidade de conta era estabelecida sugere voltar a atenção para além das forças de mercado. Em relação ao padrão de medida, o *siclo* de prata correspondia a uma quantia específica de cevada. Conforme Costa (2018, p. 94), no período de 2340 a.C. a 1750 a.C., havia “um sistema de pesos e medidas mais complexo e regular, de base sexagesimal, com relações lógicas entre unidades de volume, peso, comprimento, área e tempo”. Ao que tudo indica, essa unidade de referência foi desenvolvida pelos burocratas que administravam os templos. Apesar de existirem inúmeros templos públicos e privados e a Mesopotâmia ser dividida em cidades-Estados independentes, o sistema de contabilidade era padronizado, facilitando, dessa forma, as transações comerciais. Por essa perspectiva, é evidente a participação do Estado no processo de desenvolvimento da moeda, uma vez que a ele cabia determinar, via decreto, o padrão de referência, isto é, a unidade de conta adotada.

Conforme dito acima no presente trabalho, havia extensas áreas comerciais e isso era um fator para que a prata fosse preterida à cevada na hora de negociar, já que, em alguns casos, era necessário percorrer grandes distâncias, elevando o risco de perda de bens preciosos por roubos ou outros incidentes. Admitia-se, também, pagamento utilizando outros bens como cabras, tecidos, trigo, entre outros. A moeda, conforme indica a teoria econômica, é o meio de pagamento. Como haviam vários meios, a argumentação de que a prata, por ser considerada moeda, era a única mercadoria aceita, se enfraquece. O único diferencial do metal, pelo visto, era servir como unidade de conta, já que como meio de troca havia outras mercadorias usadas tanto quanto ou até mais que a própria prata. Outro ponto que enfatiza a moeda mais como

medida do que como mercadoria é a presença do sistema de crédito majoritariamente empregado nas transações comerciais. Como o elevado grau de confiança entre os agentes permitia trocar bens presentes por bens futuros, um padrão de referência era mais que necessário. Porém, a confiança, pura e simplesmente, não é o único fator para aceitação da moeda. Na obra *A Moeda e A Lei*, o autor diz atenta para esse fato:

Sim, a confiança é parte relevante da ideia de moeda, e de muitas maneiras profundas, mas a obrigatoriedade de aceitar, decorrente de lei, o curso legal (...) parece oferecer uma boa “âncora” para a aceitação, ainda que não haja qualquer garantia sobre o poder de compra da moeda, ou sobre *quanta* moeda de pagamento há de ser empregada para obter mercadorias e serviços. (FRANCO, 2017, p. 100).

É verdade que a chancela do Estado é observada mais precisamente a partir da cunhagem, datando de 700 a.C., sendo, portanto, muito posterior ao cenário encontrando na Antiga Mesopotâmia. Porém, o fato de não haver cunhagem naquele período não era por falta de tecnologia (GRAEBER, 2016) nem por alguma debilidade de supervisão por parte dos administradores e escribas dos templos, afinal, todas as transações, mesmo as pequenas, costumeiramente contavam com a presença de escribas e testemunhas (GONÇALVES, 2010). O Código de Hamurabi, instaurado no reino de Hamurabi¹² por volta de 1790 a 1750 a.C., também é evidência da forte presença estatal nas relações econômicas, regulamentando-as (GRENZER, 1996). Mesmo que as primeiras tábuas encontradas datem de 3000 a.C. e Hamurabi reinado bem depois, os levantamentos etnográficos já demonstram grande controle contabilístico. Claro que a aceitação sobre o tipo de mercadoria que poderia servir como moeda, na Antiga Mesopotâmia, era livre. Mas o quanto essa moeda representava em termos de unidade de medida não era determinada pelo mercado. Essa abordagem da moeda primeiramente como medida é reforçada: “(...) os babilônios criaram o siclo, a mina e o talento, inicialmente como medidas de peso e que posteriormente foram utilizadas com noção monetária” (RODRIGUES; NETO; FERREIRA, 2014). Aliás, a teoria monetária com enfoque maior ao meio de troca é alvo de críticas não só de antropólogos, juristas e historiadores, mas também gera debates entre economistas. Segundo Resende (2017, p. 89): “A ênfase analítica original no papel da moeda como meio de pagamento levou a um longo descaso da teoria monetária em relação à importância das questões relativas ao crédito e à liquidez”.

O mesmo chega a dizer que é a unidade de conta a principal função da moeda¹³. Resende (2017), todavia, compreende essa tendência de estimar a função como meio de troca além das demais, lembrando que inicialmente as teorias econômicas foram desenvolvidas por pensadores como Smith e Hume e, na época deles, pela moeda ser representada em ouro, a interpretação da moeda-mercadoria influenciou bastante a percepção da moeda como ativo circulante. Ainda sobre o descaso denunciado por Resende, cabe chamar atenção para o fato de que se

¹² Em linhas gerais, a região da Mesopotâmia era povoada por cidades-Estados independentes. No entanto, por tratar-se de uma civilização que sobreviveu milênios, há distintas fases, sendo, uma delas, o reino de Hamurabi, que, conforme Grenzer (1996) demonstra, unificou os reinos locais.

¹³ “É, entretanto, o fato de servir como unidade de conta, como padrão universal de valor, que define moeda” (2017, p. 88).

o crédito precedeu a moeda-mercadoria, temos a completa inversão teórica do movimento histórico que o dinheiro desempenhou.

A teoria econômica costuma retratar o caminho percorrido em: escambo-dinheiro-crédito. Se o escambo, de acordo com Humphrey, não se observa em nenhum local até então conhecido e o crédito, conforme Graeber alega, era mais usual que as trocas envolvendo dois bens presentes, o caminho correto seria crédito-dinheiro, eliminando o escambo. Obviamente, a suposição de que o crédito tenha precedido a moeda pelo simples fato de ser mais amplamente usado não se sustenta. O crédito ser empregado mais comumente não implica em dizer que veio primeiro. Verificando os registros, há possibilidade uma vez que a “contabilidade por símbolos (*token accounting*) foi inventada antes da contagem abstrata e da escrita” (GONÇALVES, 2010, p. 11). As tábuas de argila encontradas possuíam inscrições cuneiformes que datam mais de 5000 anos e não possuem textos, apenas contas e números. Conforme Sá (1998, p. 31-32 apud GONÇALVES, 2010, p. 12):

... as mesmas já registavam apuramentos de custos, orçamentos, revisões de contas, controles de gestão de produtividade e (2) cerca de 2000 a.C. já se adoptava a razão, produziam-se balanços de qualidade, possuíam-se orçamentos evoluídos de receita e despesa pública e calculavam-se custos. (SÁ, 1998, p.31-32 apud GONÇALVES, 2010, p. 12)

A conclusão que se tira é que a função principal da moeda não pode ser compreendida de forma estática, imutável; depende muito mais do ambiente econômico vigente que, por sua vez, irá balizar a forma como os indivíduos se relacionam com a moeda. Deve-se levar em conta as nuances socioeconômicas para visualizar qual função se sobressai, observando, claro, a simultaneidade das funções. Em outras palavras, deve-se integrar as funções em vez de analisá-las como pontos isolados. A não ser que se tratem de cenários específicos onde a inflação, por exemplo, está em alto nível. Nesse contexto, as funções reserva de valor e unidade de conta são deterioradas, mantendo-se a função meio de troca. Já em caso de hiperinflação, a função meio de troca também é anulada. Isso pode ser um indicativo de que a função mais nuclear seja o meio de troca, porém reitera-se que avaliar cenários inflacionários ou hiperinflacionários se distingue severamente de cenários que apresentam condições mais estáveis. No que diz respeito à Mesopotâmia, as três funções clássicas funcionavam harmonicamente, embora, conforme as evidências sobre o baixo nível de circulação da prata, a função que mais se destacava era a unidade de conta. Percebe-se que o grande volume das atividades de mercado, a flutuação dos preços, as extensas áreas comerciais, aliados à legislação, o controle por parte das autoridades dos templos centrais e o registro supervisionado das fichas utilizadas nas relações de troca formaram os elementos que possibilitaram o surgimento da moeda.

Considerações finais

Conforme mostrado, o levantamento etnográfico aponta, em certos aspectos, para direção contrária ao exposto pela teoria econômica convencional. O sistema de crédito já era existente na Antiguidade e não teria surgido para evitar a dupla coincidência de desejos trazida pelo escambo, conforme afirmava Smith e outros. Por outro lado, mesmo obedecendo aos princípios citados por Polanyi, o homem antigo negociava, trocava, vendia e comprava bens com o intuito

de satisfazer seus desejos e necessidades, como demonstra a intensidade dos negócios privados relatada por A. Carvalho (2005). Isso não tornava o homem antigo um indivíduo que estava a todo o momento defendendo exclusivamente seus próprios interesses. No entanto, o indivíduo do mundo antigo se relacionava economicamente para obter resultados que pudessem trazer maior satisfação. A proximidade entre os membros solidificava o grau de confiança social, favorecendo trocas entre bens presentes e bens futuros. Essas relações foram se fortalecendo ainda mais, sendo mantidas enquanto a sociedade aumentava e os negócios se expandiam territorialmente. Para compreender a adoção das mercadorias comumente negociadas e registradas nas fichas mesopotâmicas, parece plausível aplicar a teoria de Menger sobre os graus de liquidez, assim como a noção de Wicksell sobre o meio de troca ser o fundamento da unidade de conta e reserva de valor, auxiliando na compreensão e relacionando a simultaneidade da moeda-mercadoria e moeda-virtual. Também é possível, por essa ótica, entender como as transações firmadas na base do crédito eram majoritárias, assim como o uso da cevada mais comumente aceito enquanto a circulação da prata, embora adotada como padrão de referência, era mais controlada, ressaltando a aplicabilidade da Lei de Gresham. Já o Teorema de Regressão Miseniano evita a circularidade da Utilidade Marginal e o valor do dinheiro. Eis as contribuições da Teoria Econômica para maior compreensão do cenário no qual a moeda parece ter emergido. Já a abordagem etnográfica de Graeber, Grenzer, Ferguson, Pozzer, A. Carvalho, Woods, Garfinkle, Gonçalves et al. auxiliam nesse processo pelo qual a teoria pode repousar nos firmes alicerces dos fatos documentados. Nesse quesito, o levantamento de arquivos realizados pelos pesquisadores citados no presente trabalho traz luz ao que de fato ocorria na Antiga Mesopotâmia, evitando as armadilhas de abstrações que pouco ou nada recriam o verdadeiro cenário existente. Nesse sentido, o presente trabalho contribui para a literatura vigente, uma vez que aponta uma falha teórica da economia monetária, de não lançar luz ao sistema de crédito que precedeu e, em alguns casos, desenvolveu-se juntamente com o escambo, sendo fator fundamental para o entendimento da evolução e desenvolvimento das sociedades antigas.

No entanto, recomenda-se a continuidade das pesquisas etnográficas para melhor balizamento das teorias econômicas, com o intuito de ampliar as possibilidades de hipóteses e reconsiderações para melhor compreensão do surgimento da moeda.

Referências

BLOCK, Walter, DAVIDSON, Laura. Bitcoin, o teorema da regressão e a emergência de um novo meio de troca. **MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia**, v. 5, n. 1, jan/jun., 2017. Disponível em: <https://www.misesjournal.org.br/misesjournal/article/view/43/9>. Acesso em: 1 jul 2018.

BOIANOVSKY, Mauro. Hicks, Hayek e a dinâmica monetária wickselliana. **Revista brasileira de economia**, Rio de Janeiro, v. 46, n.1, jan/mar., 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/544>. Acesso em: 27 jun 2018.

CARVALHO, Alexandre Galvão. O substantivo polanyiano e os novos modelos do mercado na Mesopotâmia. **Ver. His**, São Paulo, n. 173, jul-dez., 2015.

- CARVALHO, Fernando. J. **Economia Monetária e Financeira**. São Paulo: Campus, 2015.
- COSTA, Antonio Luiz. **História do Dinheiro**. São Paulo: Editora Draco, 2018.
- DIAS, Maria de Lourdes Pereira. Formação de preços em Jevons, Menger e Walras. **Textos de Economia, Santa Catarina**, v. 5, n.1, 1994.
- FERGUSON, Niall. **A Ascensão do Dinheiro: a História Financeira do Mundo**. São Paulo: Planeta, 2017.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário; CHACON, Paulo Pan. **História econômica geral**. São Paulo: Atlas, 1986.
- FRANCO, Gustavo H. B. **A moeda e a lei: uma história monetária brasileira (1933-2013)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- GARFINKLE, Steven. shepherds, merchants, and credit: some observations on lending practices in ur iii mesopotamia. **Journal of the Economic and Social History of the Orient**, v. 47, n. 1, 2004.
- GONÇALVES, Miguel. Análise de práticas contabilísticas na antiga civilização mesopotâmica. **Enfoque: Reflexão contábil**, v. 29, n. 1, 2010.
- GRAEBER, David. **Dívida – Os 5000 Primeiros Anos**. São Paulo: 3 Estrelas, 2016.
- GRENZER, Mathias. Os juros no Antigo Israel. **Revista de Cultura Teológica**, v. 4, n. 16., jul/set., 1996.
- LOPES, João do C.; ROSSETTI, José Paschoal. **Economia monetária**. 9º ed. Ed. Atlas, 2005.
- MANKIWI, G. N. **Macroeconomia**. 8ª ed. São Paulo: LTC, 2015.
- MENGER, Carl. On the Origin of Money. **The Economic Journal**, v. 2, n. 6, 1892.
- _____. **Princípios de economia política**. São Paulo: Nova Cultura, 1988.
- MISES, Ludwig von. **The Theory of Money and Credit**. New Haven: Yale University Press, 1953.
- MISHKIN, Frederic S. **Moedas, Bancos e Mercados Financeiros**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.
- PIZZANI, Luciana; et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 10, n. 1, 2012.
- POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. Rio de Janeiro: Editora Campos, 2000.
- POZZER, Katia Maria Paim. Arquivos Familiares e Propriedade Privada na Mesopotâmia. **Clássica**, São Paulo, v. 13, n. 14, 2001.
- _____. **Vale 5 siclos de prata: a escravidão nos arquivos privados mesopotâmicos**. Revista Heródoto, São Paulo, v. 1, n. 1, 2016.
- RESENDE, André Lara. **Juros, moeda e ortodoxia: teorias monetárias e controvérsias políticas**. São Paulo: Portfólio Pinguim, 2017.
- RODRIGUES, Paulo Henrique Carvalho; NETO, Walter Jayme; FERREIRA, Rildo Mourão. DA HISTÓRIA DO CRÉDITO: DA MESOPOTÂMIA AOS MÉDICI E A EXPANSÃO DO MODELO DE NEGÓCIO BANCÁRIO. **Revista Jurídica**, Anápolis, v. 2, n. 23, 2014.
- SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

VASCONCELOS, Marco A. Sandoval; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. Editora Saraiva, 2017.

WICKSELL, Knut. **Lições de economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

WOODS, Christopher. **Visible language: Inventions of writing in the ancient middle east and beyond**. Chicago: The Oriental Institute of the University of Chicago, 2010.

RECEBIDO EM: 11/12/2018

APROVADO EM: 20/05/2019